

Ata da reunião 33/2026 – Tático-Operacional

DIA: 06/02/2026 – Horário: das 10:00h – Local: presencial IDR – Polo de Pesquisa de Ponta Grossa Rua Corredor e Colônia Dona Luiza, Ponta Grossa e virtual
https://maps.app.goo.gl/YMDiaUK6iutN1huD7?q_st=am

Participantes formato presencial e virtual:

ADAPAR: Leandro Dadaut;

IAT: Roberto Machado, Marcos Leonardo Clock da Rocha
(marcosleonardo@iat.pr.gov.br) e Guilherme da Silva Assis
(guilhermeassis.florestal@gmail.com);

IDR: Amauri Ferreira, Avner Gomes, Renata Reis (rmrsilva@idr.pr.gov.br), Lethícia Bonacin da Silveira, Gustavo Stefaniw, Mazzini de Castro, Juliano Cezar Schroeder, Gustavo Cecote Garcia, Nádia Charmila Britto Marques, Lucas Tomaz Spindola, Osvaldo Martins Rodrigues, Mariana Borba Knoblauch, Wily Francisco Barestello Castro, Francielle Sokolowski de Souza Gelinski, Karla Regina Piekarski Zapella, Edimilson Moreira, Peter Alexandre van Engelenhoven, Ana Julia do Nascimento, Ruth Adriana Pires, Matheus José Nabozny, José Cosme, Kleber Geraldo Vieira, Thiago Ruppenthal Bobato, Leonardo Barbieri, Camila Fernanda de Xaves, Rogério Fernando Barbosa, Cesar Paz, Ivanderson Borelli,

SANEPAR: Ester Amélia Assis Mendes, Carlos Alberto Takashi Onuki, Michael Rigo, Raul Alberto Marcon, Paulo Antonio do Vale Junior, Rita Camana e Livia Regina Lay Marques Giordano Soares, Emanuele Campos Miranda
(emanuele.campos@sanepar.com.br), Geraldo Luiz Mikowski
(gmikowski@sanepar.com.br)

Contextualização do Programa

O Programa Água Segura integra um esforço estadual estruturante voltado à melhoria da qualidade da água em mananciais estratégicos do Paraná, envolvendo ações interinstitucionais coordenadas entre secretarias e órgãos do Estado, com possível apoio de recursos externos, incluindo financiamento do Banco Mundial.

No âmbito estadual, a Sanepar está investindo aproximadamente R\$ 20 milhões em 28 mananciais, sendo a bacia do Alagados uma das áreas prioritárias, em razão de sua importância para o abastecimento público de Ponta Grossa e região.

Pauta:

- 1. Leitura e aprovação Ata 32/2026;**
- 2. Diagnóstico e proposta de plano de ação para a bacia do Alagados;**

2.1 Apresentação conceitual

Foi apresentada a base conceitual que orienta a implementação local, destacando:

- **Custos da modernização:** poluição do solo e da água, perda de biodiversidade, erosão/degradação dos solos, pressão sobre recursos hídricos e impactos econômicos, ambientais e sociais.
- **Desafio estrutural:** elevar produção e produtividade sem comprometer recursos naturais; produzir no presente sem inviabilizar o futuro; equilibrar produção e conservação; garantir segurança na produção.
- **Intensificação sustentável:** produzir mais com menos impacto; foco em resultados; integração solo-água-biodiversidade-produção.

- **Transição para sustentabilidade:** processo não linear, envolvendo **eficiência**, **substituição** de práticas/insumos e **redesenho** de sistemas produtivos.
- **Grandes eixos do PRNS para Alagados (Ponta Grossa):** conservação de solos e água; adaptação e resiliência climática; aumento de infiltração; reflorestamento/recuperação de APP; redução de agroquímicos; bioinsumos e MIP/MID/MIPD; educação continuada; comunicação interna e externa.
- **Situação atual (“onde estamos hoje”):** diagnóstico concluído; abrangência territorial consolidada; investimento público e orçamento prontos; início da fase de apresentação da proposta às comunidades rurais e urbanas.

2.2 Diagnóstico situacional (hidrologia/monitoramento e uso do solo)

Foram apresentados elementos do diagnóstico e do monitoramento hidrológico, com destaque para dados de vazão, séries históricas e análises regionais de precipitação, obtidos a partir das ferramentas de monitoramento do Simepar, em especial a plataforma InfoHidro (<https://infohidro.simepar.br/>):

- vazão observada da ordem de 1.976 L/s, caracterizando situação crítica e atípica para o período, com aproximação da Q95 (vazão de segurança);
- vazão atual aproximadamente 700 L/s inferior à vazão histórica esperada para setembro e cerca de metade da vazão média observada em agosto, indicando condição hidrológica excepcional;
- predominância de uso agrícola intensivo, com vulnerabilidade associada à presença de solo exposto em determinados períodos do ciclo produtivo;
- identificação de mudança significativa no uso do solo, com expansão de atividades agrícolas, especialmente soja, a partir do período 2006–2008;
- constatação de que, na área prioritária, há predominância de grandes propriedades, com apenas duas propriedades de pequeno porte identificadas no recorte inicial;
- ocorrência de proliferação atípica de algas e bactérias, associada à combinação entre baixa vazão, eventos climáticos extremos e aporte de nutrientes.

Foi discutido que a situação recente de alterações organolépticas (gosto/odor) na água distribuída está associada a combinação de fatores, incluindo condições climáticas e vulnerabilidades do sistema, reforçando-se a visão de responsabilidade compartilhada e necessidade de coordenação interinstitucional.

2.3 Contribuições e encaminhamento metodológico

- Maurício enfatizou que o evento observado é “sintomático” e reforçou a necessidade de aprofundar o diagnóstico, identificar origens e rotas de carga (ex.: nutrientes), e estruturar governança local (com atores como cooperativas, produtores e instâncias municipais), evitando uma abordagem centrada em “culpados” e priorizando a identificação de causas e soluções.
- Registrou-se consenso de que o diagnóstico precisa avançar para basear intervenções com maior evidência, sem prejuízo do início de ações já planejadas.
- Foi reforçado que as ações não devem se limitar às Unidades de Referência Tecnológica (URTs), permitindo atuação em propriedades fora das unidades quando houver risco relevante para a qualidade da água e possibilidade de mitigação com apoio do Programa.
- Reforçou-se que o foco do diagnóstico ampliado é identificar origens, processos e oportunidades de melhoria, evitando a busca por responsabilização

individualizada, e orientando intervenções técnicas, educativas e estruturais de forma integrada.

2.4 Cronograma de implementação

Foi reafirmado o calendário de ações iniciais do PRNS Água Segura – Alagados (período fev/2026 a jul/2027, 18 meses), com detalhamento das fases.

Foi destacado que, nos primeiros 90 dias, o foco estará na consolidação da governança, definição das Unidades de Referência e preparação das condições técnicas e operacionais para o início da execução em campo, mantendo flexibilidade para atuação em propriedades fora das URs quando identificados riscos relevantes à qualidade da água.

Fase 1 – Organização e alinhamento (fev–mar/2026):

- instituição de governança regional do PRNS Água Segura;
- alinhamento conceitual e estratégico entre parceiros (Sanepar, IDR, Adapar, IAT, Simepar);
- consolidação dos diagnósticos existentes;
- definição de URTs e Unidades Demonstrativas (5);
- capacitação/atualização de técnicos;
- lançamento interno da estratégia de comunicação.

Entregas-chave: governança definida; microbacia e unidades selecionadas; metodologia única validada.

Fase 2 – Diagnóstico e marco zero (abr–jun/2026):

- aplicação de checklist PRNS (marco zero) nas propriedades selecionadas;
- levantamento de passivos ambientais (solo, água, APPs, estradas rurais);
- classificação inicial (Bronze/Prata/Ouro);
- consolidação em dashboard e linha de base local;
- fiscalizações educativas (Adapar e IAT) e priorização de ações por propriedade/microbacia.

Entregas-chave: diagnóstico mensurável; linha de base consolidada; prioridades técnicas definidas.

Fase 3 – Planejamento tático-operacional (jul–ago/2026):

- planos de ação detalhados;
- metas por critério PRNS e pactuação com produtores;
- planejamento de extensão rural (visitas, reuniões, dias de campo, capacitações);
- articulação com parceiros e logística/mecanização.

Entregas-chave: planos territoriais; metas pactuadas; parcerias operacionais ativas.

2.5. Compromissos institucionais

- **Adapar (Leandro):** colocou-se à disposição para reunião técnica específica com a Sanepar e demais envolvidos para detalhar contribuições (agrotóxicos, fertilizantes, área animal/dejetos), sugerindo dinâmica de reuniões por instituição e posterior consolidação em reunião geral.

- **Simepar:** informado que poderá elaborar boletim climatológico explicando o contexto meteorológico/hidrológico que levou à condição atual, mesmo com limitações de agenda para participação na reunião.
- **IAT (Roberto):** compromisso em apoiar com temas de gestão de recursos hídricos, licenciamento, outorga e monitoramento, além de avaliar a pertinência de estrutura semelhante a “comitê de crise”/grupo de acompanhamento com reuniões periódicas e boletins de nível/vazões, com foco em uso múltiplo e governança.

2.6. Governança local e estratégia com municípios

Houve debate sobre a melhor forma de envolver as prefeituras. Ficou encaminhado que a articulação municipal pode ocorrer por dois caminhos complementares:

1. **Contato e convite inicial** por meio da estrutura local/técnica, trazendo representantes municipais para participar das reuniões e ações iniciais;
2. Possibilidade de reuniões extraordinárias específicas para a bacia/tema local quando necessário, evitando dispersão e preservando o foco operacional do grupo central.

2.7. Direcionamento final do item 02

Ao final, consolidou-se que o objetivo imediato é detalhar a etapa 1, distribuir responsabilidades e, já na semana seguinte, circular uma proposta de plano de ação para alinhamento entre parceiros, com produção de materiais/boletins diagnósticos por instituição como base de mobilização e comunicação no território.

2.8. Monitoramento, previsão e gestão preventiva

Foi discutida a necessidade de avançar para uma abordagem preventiva, com uso integrado das ferramentas de monitoramento hidrológico e climatológico, incluindo a plataforma InfoHidro/Simepar, visando o desenvolvimento de métodos preditivos para antecipação de situações críticas com horizonte de até seis meses.

O IAT informou que continuará acompanhando a gestão de recursos hídricos, incluindo aspectos relacionados à operação da PCH São Jorge, avaliando seus efeitos sobre o reservatório e a captação, bem como a pertinência de reuniões periódicas de acompanhamento em situações críticas.

3. Outros assuntos;

Foram registrados, como assuntos correlatos:

- necessidade de alinhar comunicação pública quanto à segurança da água tratada (padrões) e ao conceito ampliado de “água segura” (responsabilidade compartilhada e sustentabilidade do manancial);
- menção a ações estruturantes em preparação (licitações e intervenções como terraceamento, cercamento, recuperação de nascentes, drenagem, recomposição), no âmbito do programa e investimentos previstos;
- reforço do uso de ferramentas e bases (ex.: Avenza/WebGIS) para levantamentos de campo e consolidação dos dados em base única.
- foi reiterado que o Programa Água Segura não se configura como iniciativa exclusiva da Sanepar, mas como política pública de responsabilidade compartilhada, envolvendo Estado, setor produtivo, instituições, municípios e sociedade, considerando que os custos operacionais e ambientais impactam toda a cadeia tarifária e o conjunto da população.

4. Encaminhamentos e responsabilidades;

4.1 Plano de ação (Etapa 1 – Organização e alinhamento): elaborar minuta e distribuir aos parceiros na semana subsequente (coordenação do Programa).

4.2 Boletins/diagnósticos por instituição (base para ação e comunicação):

4.2.1 Simepar: boletim climatológico do contexto regional;

4.2.2 IAT: subsídios sobre gestão hídrica, outorga/licenciamento/monitoramento e possibilidade de grupo de acompanhamento;

4.2.3 Adapar: subsídios técnicos (agrotóxicos, fertilizantes, área animal/dejetos conforme escopo), com reunião específica de detalhamento;

4.2.4 IDR e Sanepar: consolidação diagnóstica local e organização de metodologia/rotina de campo (checklist, marco zero, prioridades).

4.3 Governança local: iniciar articulação com prefeituras por meio da estrutura local/técnica, convidando representante para participação nas reuniões iniciais; avaliar necessidade de reunião extraordinária específica para a bacia do Alagados.

4.4 Campo e base de dados: reforçar cumprimento das obrigações de levantamento em campo (Avenza), consolidar em arquivo único e publicar no WebGIS; coordenação deverá encaminhar lista de pendências por equipe/localidade

4.5 Monitoramento e previsão: Caberá ao Simepar a elaboração de boletim climatológico detalhado da situação da bacia do Alagados, bem como apoio à estruturação de alertas e análises preditivas, em articulação com Sanepar, IAT e IDR.

4.6 Comunicação e capacitação: Desenvolver materiais de comunicação e sensibilização para comunidades rurais e urbanas e organizar capacitações técnicas específicas e atualização conceitual das equipes envolvidas, considerando a recente ampliação do quadro técnico do IDR.

5. Próxima reunião

Ficou pactuado manter o rito de reuniões semanais, com compromisso de entrega/compilação dos materiais, diagnósticos e plano de trabalho por parceiro para a bacia do Alagados, em Ponta Grossa para a próxima reunião.

Pauta para a reunião 34/2026 – Tático-Operacional

DIA: 13/02/2026 – HORÁRIO: 08:30 horas – LOCAL: IDR e virtual pelo link:

meet.google.com/vjd-nriz-pfc

Pauta:

01- Leitura e aprovação da Ata 33/2026;

02- Diagnóstico de emergência e proposta de plano de ação para a bacia do Alagados – Ponta Grossa;

03- Atualização do plano de trabalho do convênio e definição de assinatura;

04- Outros assuntos;

04- Próxima reunião.